



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638614 - SP (2021/0001388-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MAYCON FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : MAYCON FERREIRA DA SILVA - SP420683
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIANO NOGUEIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LUCIANO NOGUEIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0007085-61.2020.8.26.0996).

O paciente cumpre pena de 14 anos de reclusão em regime semiaberto, em razão de condenação definitiva pela prática do delito de homicídio qualificado.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que o crescimento acelerado da pandemia de covid-19 justificaria a concessão de prisão domiciliar humanitária ao paciente, a fim de diminuir as consequências advindas do contágio do vírus.

Discorre sobre os riscos de infecção no cárcere e argumenta que o acusado encontra-se em grave situação de risco, visto que sofre hipertensão e foi diagnosticado com pneumonia, preenchendo os requisitos para ser beneficiado com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja deferida a prisão domiciliar ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que manteve o indeferimento da prisão domiciliar ao paciente, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 16-17; grifo acrescido):

O Agravante cumpre pena de quatorze (14) anos de reclusão pelo crime de homicídio qualificado. Foi promovido ao regime semiaberto por decisão de 13 de julho de 2020, data em que foi indeferido o pedido de prisão albergue domiciliar formulado com base na pandemia de COVID-19 e na Recomendação nº 62/2020, do CNJ. O lapso para o aberto se dará no ano de 2023, o término do cumprimento da pena está previsto para 2028 e **o relatório médico juntado aos autos dá conta de que o Agravante goza de boa saúde e vem sendo tratado e medicado adequadamente no estabelecimento prisional em que se encontra recolhido** (fls. 75).

Feito este breve sumário, resta patente que o Agravante não tem direito à prisão domiciliar nos moldes do artigo 117, da LEP que pressupõe esteja o condenado cumprindo pena em regime aberto, tampouco à prisão domiciliar na forma prevista no artigo 5º, da Recomendação nº 62/2020, pois não há nos autos indicação de que sua integridade física esteja concretamente em risco. É verdade que em casos excepcionais pode-se deferir a p.a.d., com base no artigo 117, da LEP, a presos que se encontram em regime mais gravoso, mas não vislumbro a presença de circunstância excepcional que autorize ou demande a providência.

No mais, esta E. Corte e os Tribunais Superiores têm entendido que a pandemia e o fato do preso integrar grupo de risco não bastam para autorizar alguma das providências previstas na mencionada Recomendação; não há evidência de que o a integridade física do Agravante esteja em risco: a Secretaria de Administração Penitenciária comunicou à Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal que vem adotando as medidas necessárias junto aos estabelecimentos prisionais do Estado visando impedir o contágio pelo COVID19, e os Tribunais de todo o país contam com Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Sócio Educativas (GMF) para coletar dados acerca da contaminação nos presídios.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente